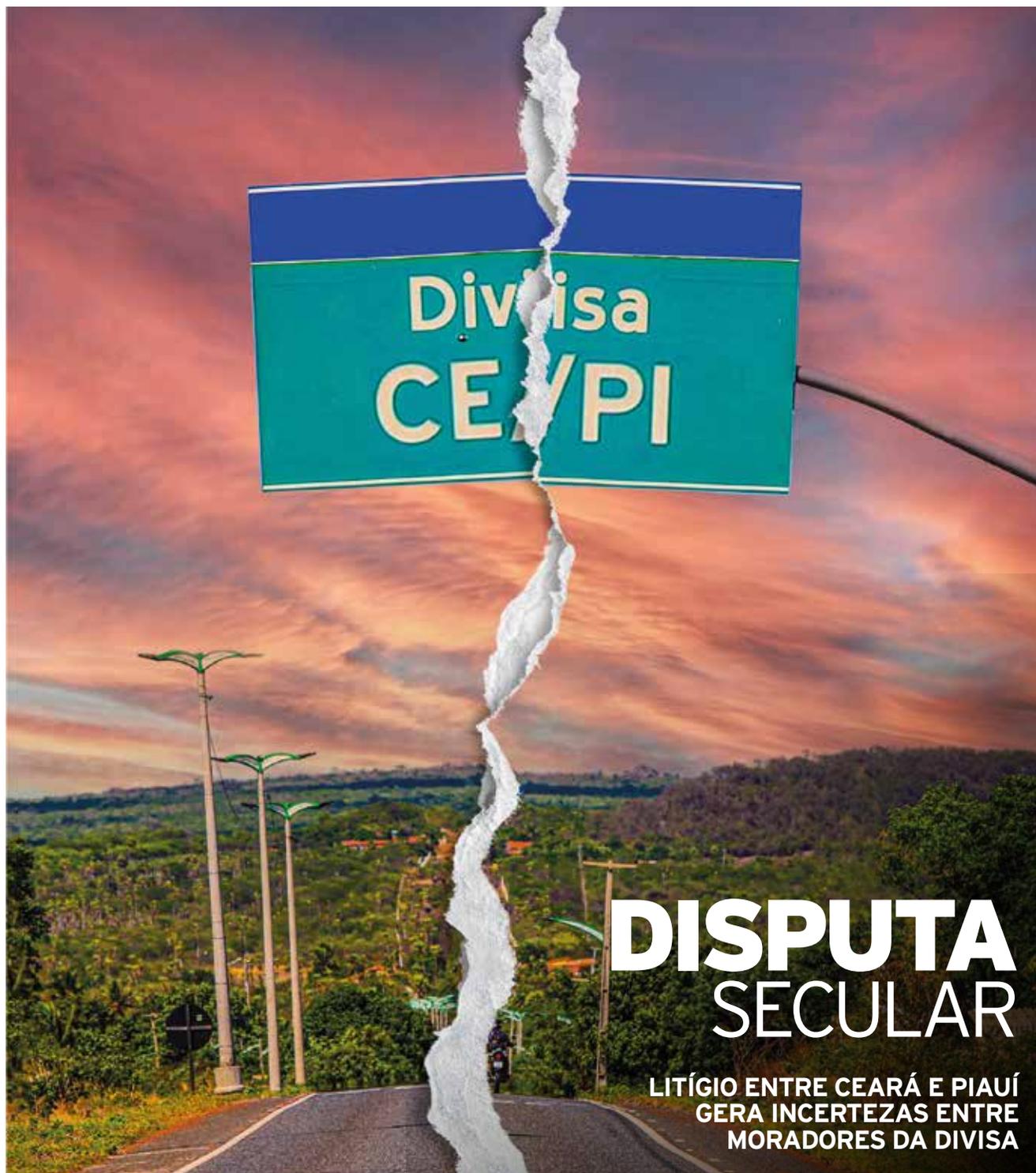




PLENÁRIO



DISPUTA SECULAR

LITÍGIO ENTRE CEARÁ E PIAUÍ
GERA INCERTEZAS ENTRE
MORADORES DA DIVISA



DÁRIO GABRIEL

UM ANO DE DESAFIOS

O ano de 2023 promete ser de muitos desafios para todos os brasileiros. Os cearenses, em particular, vão contar com um aliado de peso. No caso, a Assembleia Legislativa, que iniciou sua 31ª legislatura com uma renovação de mais de 45% nos seus quadros. Esse é um dos destaques desta edição da Revista Plenário. Além do perfil dos deputados eleitos, o aumento da bancada feminina também tem uma atenção especial. Afinal, com nove deputadas eleitas, elas ganharam sua maior bancada nos 188 anos de história da Casa. Com certeza, essa é uma conquista a ser celebrada. No comando desta nova jornada do Parlamento estará o deputado Evandro Leitão (PDT), que foi reconduzido à Presidência da Casa por mais dois anos. Em entrevista à Plenário, ele faz um pequeno balanço dos últimos dois anos e aproveita para reafirmar que o diálogo com a população cearense continuará sendo a marca da sua gestão. “Nós primamos e focamos a nossa atuação sempre na excelência por resultados”, salientou.

Além das mudanças políticas na Casa, a edição também joga luz sobre um tema caro a milhares de cearenses: a disputa territorial entre Ceará e Piauí. Esse processo, que já dura mais de um século, gera incertezas entre moradores das áreas atingidas. A Plenário foi até as comunidade mais afetadas para conhecer e dar voz aos habitantes das regiões. Damos voz também para a população carcerária que participa de um projeto inovador. Trata-se do Arte em Cadeia, que promove humanização, capacitação profissional e ressocialização dos internos através do artesanato.

Finalizamos a edição com duas reportagens em que a gastronomia se faz presente. A primeira mostra que as condições climáticas, novas tecnologias e adição de probióticos favorecem o cultivo de camarão em cativeiro no território cearense. Com 55,6 mil toneladas em 2021, o Estado lidera a produção brasileira, numa atividade que se estende do litoral ao interior do Ceará. Seja em uma grande fazenda ou até em um pequeno terreno é possível encontrar criação de camarão marinho. Na segunda reportagem, um verdadeiro caleidoscópio alimentar se revela quando passeamos pelo Centro de Fortaleza e conhecemos os pratos que inúmeros ambulantes oferecem para quem precisa “matar a fome” rapidamente na região. Então, sejam todos bem-vindos e bom apetite.

Daniel Sampaio

Coordenador de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,
64ª edição, Out/Nov/Dez 2022

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Evandro Leitão (PDT)

1º VICE-PRESIDENTE

Fernando Santana (PT)

2º VICE-PRESIDENTE

Osmar Baquit (PDT)

1º SECRETÁRIO

Daniel Oliveira (MDB)

2º SECRETÁRIO

Juliana Lucena (PT)

3º SECRETÁRIA

João Jaime (Progressistas)

4º SECRETÁRIO

Oscar Rodrigues (UNIÃO BRASIL)

COORDENADOR DE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Daniel Sampaio

EDITORIA GERAL

Abílio Gurgel

EDITORIA REVISTA

Adriana Thomasi

REPORTAGEM

Adriana Thomasi, Abílio Gurgel, Ana Lúcia

Machado, Didio Lopes, Fátima Abreu,

Jackelyne Sampaio, Lúcia Stedile, Marina

Ratis, Naria Lopes e Rita Freire

REVISÃO

Carmem Ciene

EDITORES DE ARTE

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO,

TRATAMENTO E EDIÇÃO DE IMAGENS

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

FOTOGRAFIA

Bia Medeiros, Dário Gabriel, José Leomar,

Júnior Pio, Marcos Moura, Máximo Moura,

Paulo Rocha e Freepick.com

Sumário

EDITORIAL	5
PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA ENTREVISTA EVANDRO LEITÃO	6
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 31ª LEGISLATURA	12
COMISSÕES TÉCNICAS NOVA COMPOSIÇÃO	26
POLÍTICA MULHERES	30
LITÍGIO CEARÁ E PIAUÍ	34
CARCINICULTURA PRODUTIVIDADE CEARENSE	46
ALIMENTAÇÃO COMIDA DE RUA	54
RECICLAGEM DESCARTE CORRETO	60
ASSÉDIO NO TRANSPORTE PÚBLICO CHAMA A NINA	66
RESPONSABILIDADE SOCIAL ONG VELAUMAR	70
ARTESANATO ARTE EM CADEIA	74
O MÊS NA HISTÓRIA MARÇO	82

COMO FALAR COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900 - Fortaleza - Ceará

TELEFONE

(85) 3277 2921

(85) 3277.2727

EMAIL

revistaplenario@al.ce.gov.br

SITE

www.al.ce.gov.br

@AssembleiaCE

@assembleiace

@Assembleia_CE

tvAssembleiaCe

radioFMassembleia



VERSÃO DIGITAL MOBILE DESKTOP

VIDAS DIVIDIDAS

O conflito territorial entre Ceará e Piauí, que já dura mais de um século, gera incertezas entre moradores da divisa. Por isso, a Revista Plenário foi até as comunidades mais afetadas para conhecer e dar voz aos habitantes das regiões

Texto: Dídio Lopes | didio.lopes@al.ce.gov.br | **Fotos:** Dário Gabriel

Já imaginou trocar de endereço, principalmente de estado, sem se preocupar em desmontar móveis ou sequer sair da própria residência? É o que acontecerá com mais de 25 mil cearenses caso a Ação Cível Originária (ACO) 1831/2011, pleiteada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Piauí, dê parecer favorável ao estado vizinho. A ação reivindica a posse de algumas terras do Ceará e tem deixado os moradores da área em litígio com muitas dúvidas.

No vilarejo de Cachoeira Grande, a quase 40km de Poranga, o aposentado Antônio Ribeiro de Sousa, 69 anos, reclama que o acesso até o município cearense é mais difícil, por isso, algumas pessoas recorrem à cidade de Pedro II, que fica no Piauí. “Dependendo da necessidade, urgência ou distância, nos deslocamos para um estado ou outro. Para ir a um hospital no Ceará, por exemplo, teríamos que percorrer quase o dobro do caminho que fazemos até o Piauí. Mas, se me perguntarem de onde sou, digo que nasci e morrerei cearense”, conta.



Antônio Ribeiro de Sousa, 69 anos, aposentado e morador de Cachoeira Grande, em Poranga



O vendedor de frutas e verduras Francisco das Chagas, 50 anos, que reside em Poranga, município cearense que perderia maior território para o Piauí (mais de 66%), também teme se tornar piauiense, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) aceite o pedido. Ele balança a cabeça e comenta: “Aqui a vida não é fácil, mas, de repente, vou ser do Piauí? Não quero! Me deixe aqui no meu Ceará mesmo”.

Para a líder comunitária do distrito de Alto Lindo, em Ibiapina, Fátima Pimenta, 67 anos, o assunto precisa ser mais discutido com a comunidade. Segundo ela, muitos moradores da região não sabem que podem pertencer ao estado vizinho. “É preciso fazer movimento e mobilizar a população para que não percamos as nossas terras, pois, se formos para o Piauí, um estado com menos recursos que o Ceará, certamente não haverá mais investimento aqui na localidade”, relata.

O ex-vereador e comerciante do município de Iraporanga José Ortuan Pereira, 62 anos, acrescenta que, além dos prejuízos na chegada de recursos financeiros e desenvolvimento, as comunidades podem perder a identidade com o local em que vivem. “A nossa raiz é cearense, e é impossível mudar isso. Não temos nenhuma ligação histórica e cultural com o Piauí, por isso acredito que o melhor é deixar como está. Nossos ancestrais sempre foram cearenses, e é assim que deve continuar”, observa.



Francisco das Chagas, 50 anos, vendedor de frutas e verduras no município de Poranga



José Ortuan Pereira, ex-vereador e atual comerciante do município de Iraporanga



Fátima Pimenta, 67 anos, líder comunitária do distrito de Alto Lindo, em Ibiapina

ENTENDA O CASO

A disputa territorial por uma área de 2,8 mil km² envolvendo o Ceará e o Piauí não é recente. A atual fronteira entre os dois estados foi traçada em 1880, com a publicação de um Decreto Imperial. Em 1920, as entidades federativas acordaram deixar o Governo Federal realizar um levantamento geográfico e definir as fronteiras, o que não aconteceu e, desde essa época, os limites permanecem em contestação.

Só em 2011 o Piauí solicitou, através da Ação Cível Originária (ACO) 1831/2011, no Supremo Tribunal Federal (STF), a redefinição da divisa das fronteiras. Com isso, a região em disputa afeta diretamente 13 municípios cearenses. São eles: Carnaubal, Crateús, Croatá, Guaraciaba do Norte, Granja, Ibiapina, Ipueiras, Iraporanga, Poranga, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

Em 2019, a ministra do STF Cármen Lúcia, relatora do caso, determinou apenas que o Exército Brasileiro realizasse uma perícia para definir a linha divisória entre os estados. No estudo, a metodologia teria como base os mapas, plantas e cartografia sobre a região.

No entanto, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) do Ceará pediu ao STF, em dezembro de 2022, uma perícia mais ampla, bem como de participação de outros entes e entidades na questão, a fim de que o litígio possa se debruçar sobre todas as variáveis que lhe são fundamentais, como o estudo dos componentes humano, histórico, cultural, social e econômico.

De acordo com o procurador-geral do Ceará, Rafael Machado Moraes, a pasta tem requerido todas as diligências necessárias e apresentado todas as peças jurídicas cabíveis para preservar o direito do Estado e da população cearense sobre a área. “O litígio sobre território não diz respeito apenas ao domínio/propriedade de terras, mas à definição de pertencimento, naturalidade e identidade de uma população”, justifica.

Em fevereiro deste ano, Rafael Machado Moraes, acompanhado do procurador-geral executivo de Contencioso Geral e Administrativo, João Renato Banhos Cordeiro, participaram de reuniões

no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar de questões relevantes para o Ceará. Recebidos pela ministra do STF, Cármen Lúcia, os representantes cearenses reforçaram os argumentos em favor do Ceará na relação ao litígio com o Piauí. “O Ceará tem tomado todas as medidas jurídicas cabíveis para preservar o direito do Estado e da população cearense sobre a área”, reitera.

“

O litígio sobre território não diz respeito apenas ao domínio/propriedade de terras, mas à definição de pertencimento, naturalidade e identidade de uma população”

Rafael Machado Moraes,
procurador-geral do Ceará



Procurador-geral executivo de Contencioso Geral e Administrativo, João Renato Banhos Cordeiro e procurador-geral do Ceará, Rafael Machado Moraes em visita ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília

MOBILIZAÇÃO LEGISLATIVA

A Assembleia Legislativa do Ceará, por meio do Comitê de Estudos de Limites e Divisas Territoriais do Ceará (Celditec), tem trabalhado em parceria com o Estado e, principalmente, os municípios envolvidos nas áreas de litígio para preservar a divisão territorial já existente.

Para a senadora Augusta Brito (PT), ex-presidente do comitê, essa atuação ajudou com os documentos enviados à Procuradoria-Geral do Ceará para fortalecer a defesa do Estado. “Trabalhamos na realização de audiências públicas nos municípios envolvidos na área de litígio para estimular e reforçar principalmente o sentimento de pertencimento das pessoas”, assinala.

Segundo o coordenador do Celditec, Luís Carlos Mourão, o Legislativo cearense, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), já realizou um levantamento de todos os equipamentos públicos nas localidades do conflito. “Listamos, sempre com muito cuidado e responsabilidade, toda infraestrutura, cujos recursos são bancados pelos municípios cearenses ou pelo Estado”, pontua.

De acordo com a pesquisa, o coordenador destaca que o Estado perderia cerca de 35 distritos, 806 localidades, 290 escolas, 172 unidades de saúde, 598 torres eólicas, o Parque Nacional de Ubajara, a Bica do Ipu, entre outros. “Precisamos levar em consideração todo o investimento que já foi realizado ao longo de décadas e, principalmente, a identificação cultural da população com o Ceará, o que seria um prejuízo incalculável e irreparável”, destaca Mourão.

“

Trabalhamos na realização de audiências públicas nos municípios envolvidos na área de litígio para estimular e reforçar principalmente o sentimento de pertencimento das pessoas”

Senadora Augusta Brito (PT)

“

Precisamos levar em consideração todo o investimento que já foi realizado ao longo de décadas e, principalmente, a identificação cultural da população com o Ceará, o que seria um prejuízo incalculável e irreparável”

Luís Carlos Mourão, coordenador do Celditec



Presidente da Alece, deputado Evandro Leitão (PDT), em reunião com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo, para discutir assuntos relacionados ao litígio entre Ceará e Piauí

AÇÕES PARA 2023

A Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) está preparando uma série de ações com o objetivo de defender o que nos pertence, o nosso território. O Comitê de Estudos de Limites e Divisas Territoriais do Ceará (Celditec) da Casa já fez um levantamento sobre o perfil socioeconômico, histórico e demográfico da região, de aspectos técnico-demográficos da área, inventário de equipamentos públicos e privados, além de estudo jurídico da demanda e pretende mobilizar, ainda neste primeiro semestre, a população cearense da área em disputa.

De acordo com o presidente da Alece, deputado Evandro Leitão (PDT), o trabalho realizado pelo comitê - que tinha à frente a ex-deputada e agora senadora Augusta Brito (PT-CE) e é coordenado por Luis Carlos Mourão - foi dos mais importantes no sentido de legitimar o sentimento de pertencimento do povo daquela região. “Foi um trabalho de campo, eu diria que ‘de formiguinha’ mesmo, pois visitou todos os 13 municípios cearenses afetados por uma eventual decisão desfavorável ao Ce-



Presidente da Alece, deputado Evandro Leitão (PDT)

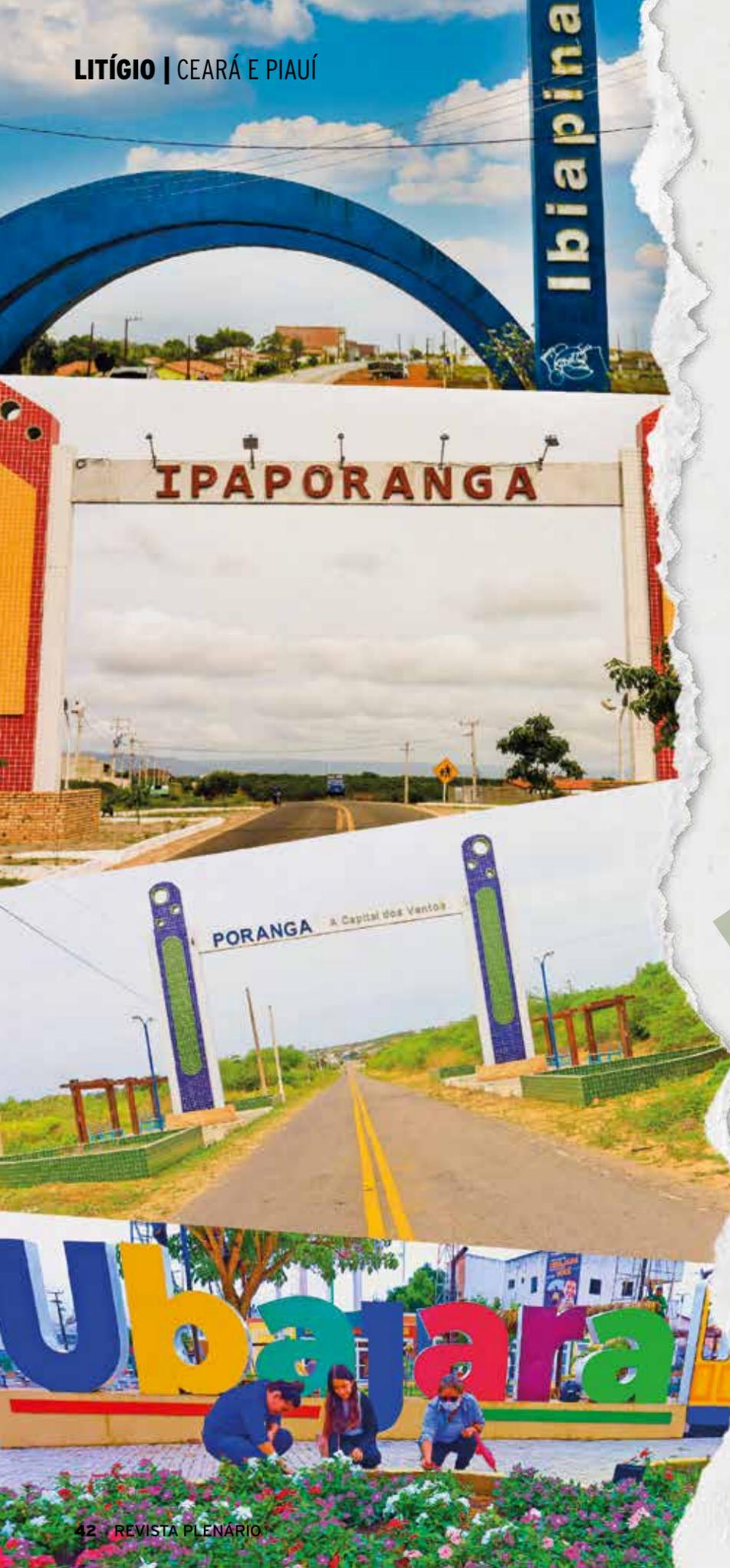
ará e todas as consequências econômicas, sociais e culturais para aquela população”, destaca Leitão.

O presidente avalia ainda que seria uma importante ação a realização de um plebiscito. “Mas não creio que deva ser realizado após uma decisão judicial. Vejo mais como uma questão a mais, como um resultado a ser levado antes dessa decisão, pois dá um peso de prova para quem for avaliar o mérito. Ou seja, não é um simples papel que vai definir que aquelas pessoas ali serão piauienses de uma hora para outra”, disse.

LANÇAMENTO DE LIVRO

O Legislativo cearense também irá lançar, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), o livro “Análise histórica da divisa cearense: caso do litígio de terras entre o Ceará e Piauí”, de autoria do historiador tianguaense João Bosco Gaspar. A obra faz uma compilação de documentos históricos contando toda a formação da Chapada da Ibiapaba datados desde 1720, que apontam para o

pertencimento de toda a região ao estado do Ceará. Para o presidente da Alece, “a publicação dos registros históricos presentes no livro do historiador João Bosco é mais um subsídio a ser incluído em todos os aspectos já levantados pela defesa do Ceará, tanto documental quanto histórico e cultural. Se você visitar aquela região, vai perceber que há uma identidade forte da população como cearense. E isso, creio eu, não deve jamais ser ignorado”, finaliza.



Inácio de Carvalho Parente, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec)



Vanda Adélia, presidente da CDL de Guaraciaba do Norte

ECONOMIA

A região em disputa mais importante para a economia e o agronegócio do Ceará fica na Serra da Ibiapaba, no noroeste do Estado. O setor também tem unido forças para manter os territórios nos limites cearenses. “A Ibiapaba hoje é responsável por quase 40% da produção agrícola do Estado, e o investimento que foi realizado para o abastecimento atingir esse número não aconteceu da noite para o dia. Por isso precisamos nos unir para que não tenhamos perdas”, afirma o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), Inácio de Carvalho Parente.

Na defesa da manutenção dos limites como estão atualmente, a diretora distrital da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da Serra da Ibiapaba, Teresa Araújo Moura, aponta que a mudança seria “um problema sem precedentes”. “O Ceará é uma das maiores potências do Nordeste, com uma visão enorme de investimento comercial, crescendo cada vez mais, e, a meu ver, iríamos regredir se passássemos a ser piauienses”, pontua.

O posicionamento dos representantes do comércio reforça que “a população precisa ser ouvida e participante na atuação dessa ação”, defende Vanda Adélia, presidente da CDL de Guaraciaba do Norte. Ela acrescenta ainda que, “em último ato, poderia haver um plebiscito, dando um direcionamento e atendendo os interesses da população”.

Lucivanda Fernandes Siqueira, empresária e proprietária de uma das maiores produtoras de rosas híbridas do País, no município de Ubajara, na Chapada da Ibiapaba, emprega mais de 110 funcionários cearenses e também está preocupada com o progresso local, caso o território cearense passe a ser do estado vizinho. “O Piauí é um estado menor e com menos recursos. Com a mudança, haveria um prejuízo no regime tributário, além do que, traria incertezas que poderiam afastar investidores na região”, avalia.



Lucivanda Fernandes Siqueira, empresária e proprietária de uma das maiores produtoras de rosas híbridas do país



Mercado em São Benedito

TURISMO

A secular disputa territorial entre o Ceará e o Piauí também pode ter impacto negativo no setor turístico do Estado. Um dos principais equipamentos a serem perdidos seria o Parque Nacional de Ubajara, Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizado na região da Serra da Ibiapaba, com aproximadamente 62,7 km² e administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O chefe do Parque Nacional de Ubajara, Gilson Luiz Souto Mota, não crê que o Piauí vencerá essa ação, pois acredita na “consolidada importância” que a região possui no estado atual. “O Ceará foi quem arcou com toda a reforma do bondinho e de algumas partes aqui da área, por isso, caso o Piauí venha a vencer essa ação, um dos prejuízos principais seria na parceria de investimento entre o ICMBio com o Governo Estadual”, alerta.

De acordo com o secretário de turismo de Guaraciaba do Norte, Jéferson Bezerra Lima, todo o setor turístico está unido para que a parte social ultrapasse as barreiras econômicas. “Hoje a região da Ibiapaba possui uma riqueza enorme, e isso é o que move essa ação do Piauí, a questão econômica. A parte cultural, social e sensação de pertencimento interessa a nós cearenses. Por isso estamos reunidos junto com o CDL, Sebrae, Senac, enfim, toda a cadeia turística para que a Ibiapaba continue como está”, reitera.

Gilberto Baltazar de Mesquita, empresário e dono de uma pousada em Guaraciaba do Norte, comenta que o clima entre os empresários é de resistência. No entanto ele acredita que a população deve ser ouvida. “Se o governo do Ceará não defender essa causa com unhas e dentes, ele pode perder território. Por isso é preciso mobilizar a sociedade acerca do assunto” alerta. Segundo ele, um plebiscito seria a resolução do problema, caso contrário, a questão do litígio se estenderá por muito tempo. “O mais rápido e justo seria o STF consultar os principais envolvidos e afetados antes da decisão final.”



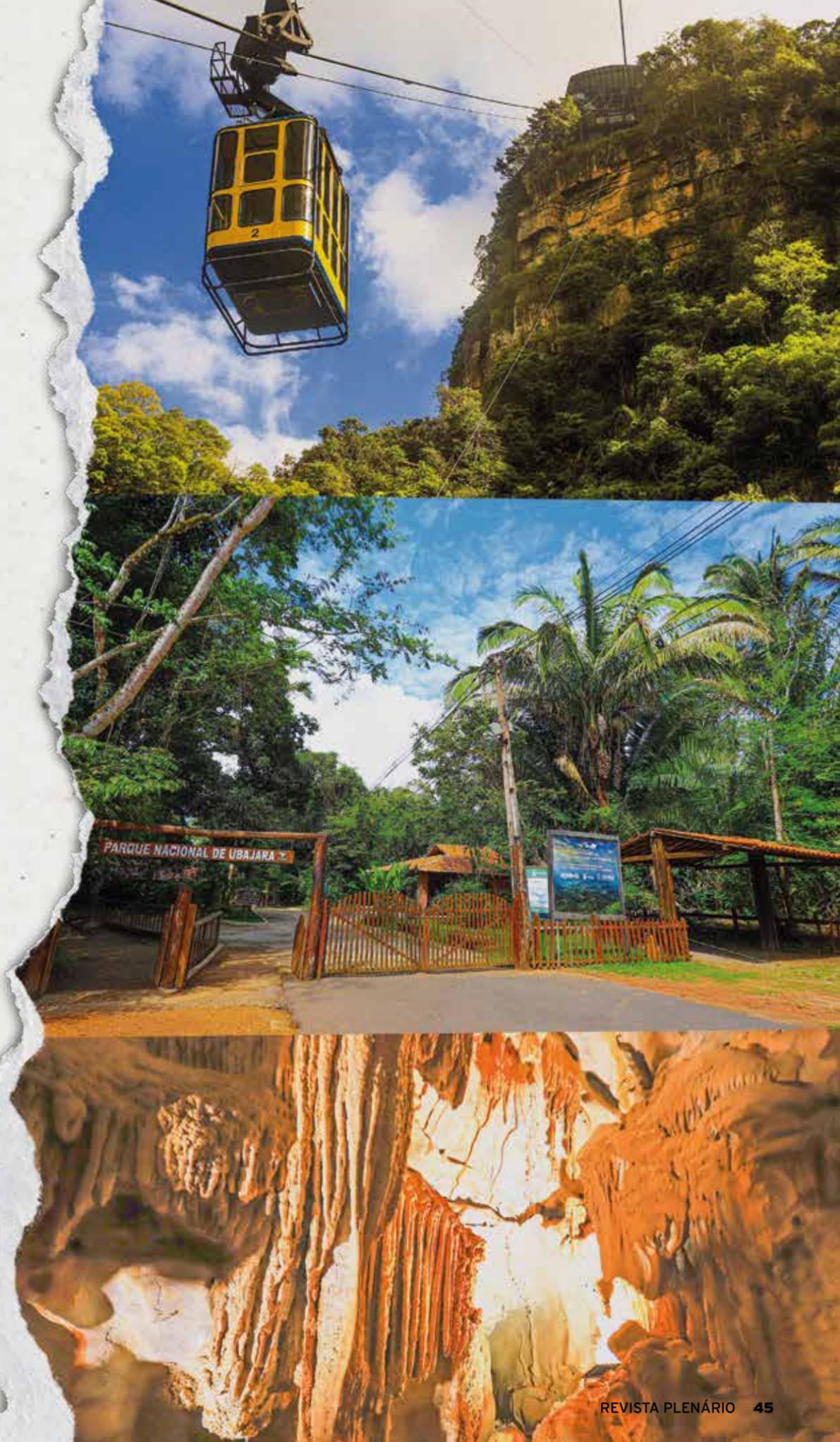
Gilson Luiz Souto Mota,
chefe do Parque Nacional
de Ubajara



Jéferson Bezerra Lima,
secretário de turismo de
Guaraciaba do Norte



Gilberto Baltazar de Mesquita,
empresário e dono de pousada em
Guaraciaba do Norte



A VOZ DO POVO

Felipe Rodrigues,

Presidente da Comissão de Direito Municipal da OAB Subseção dos Sertões de Crateús



“Do ponto de vista jurídico, quanto mais órgãos técnicos possam participar e dar seu parecer a respeito dessa delimitação territorial mais favorecerá a população, que está envolvida e prejudicada diretamente nesse contexto jurídico. Por isso, é preciso verificar não só as questões que envolvem a família ou aquela comunidade, mas principalmente a essência e história daquele povo.”

recherà a população, que está envolvida e prejudicada diretamente nesse contexto jurídico. Por isso, é preciso verificar não só as questões que envolvem a família ou aquela comunidade, mas principalmente a essência e história daquele povo.”

Antônia Kerlen

Professora de educação infantil no município de Ipueiras



“Essa disputa já está acontecendo há muito tempo, e acredito que a maioria da população não está tão envolvida nessa discussão como deveria. As escolas precisam se envolver mais e levar esse debate para a sala de aula, principalmente para mostrar as perdas que o Ceará teria caso o Piauí vença essa ação.”

deveria. As escolas precisam se envolver mais e levar esse debate para a sala de aula, principalmente para mostrar as perdas que o Ceará teria caso o Piauí vença essa ação.”

Jário Brito

Coordenador da Unidade Básica de Atendimento (UBS) da comunidade de Padre Vieira



“Essa disputa tem apresentado desgastes para ambos os estados, principalmente na questão da saúde das comunidades de divisas. Aqui na UBS de Padre Vieira oferecemos assistência para toda a nossa população e, muitas vezes, para moradores que estão na área de litígio e não sabem a quem recorrer.”

de Padre Vieira oferecemos assistência para toda a nossa população e, muitas vezes, para moradores que estão na área de litígio e não sabem a quem recorrer.”

Janaína Linhares

Relações-públicas e turista de Teresina, no Piauí, em visita ao Parque Nacional de Ubajara



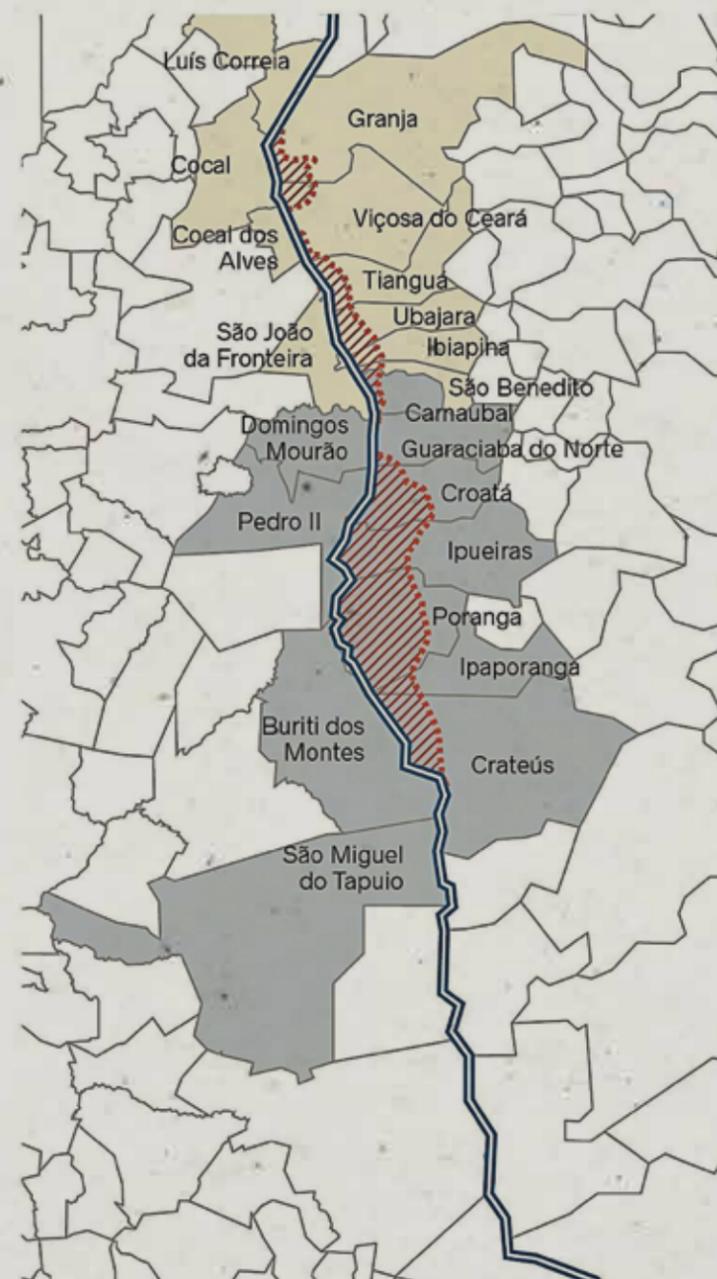
“Mesmo sendo piauiense, não vejo um pedido viável, pois não se trata apenas de um recorte geográfico, é uma questão de afinidade e identificação local e cultural de um povo. As raízes desse território são cearenses e assim deve continuar.”

ção local e cultural de um povo. As raízes desse território são cearenses e assim deve continuar.”

Divisa da discórdia

Cidades que podem mudar as linhas de seu território

Áreas problemáticas
 Área de litígio ao norte
 Divisa entre os estados
 Área de litígio ao sul



NÚMEROS

RESUMO DA SITUAÇÃO CEARENSE NA ÁREA DE LITÍGIO

245

mil pessoas afetadas

13

municípios

35

distritos

733 km

de estradas

290

escolas

172

unidades de saúde

598

torres eólicas

21 mil

estabelecimentos agropecuários

2

açudes (Jaburu e Lontras)

1

aeroporto (São Benedito)

1

unidade de conservação federal (Parque Nacional de Ubajara)

1

unidade de conservação estadual (Bica do Ipu)